



CARTA DO ICOMOS

PRINCÍPIOS PARA A ANÁLISE, CONSERVAÇÃO E RESTAURO ESTRUTURAL DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO – 2003

Adoptada pela 14.ª Assembleia Geral do ICOMOS, em Victoria Falls, Zimbabwe, em Outubro de 2003

Tradução por António de Borja Araújo, Engenheiro Civil IST
Dezembro de 2006

OBJECTIVO DO DOCUMENTO

As estruturas do património arquitectónico, pela sua própria natureza e história (material e montagem), apresentam uma quantidade de desafios no diagnóstico e no restauro que limitam a aplicação dos códigos legais modernos e das normas da construção. São desejáveis e necessárias recomendações que garantam métodos de análise racionais e métodos de reparação adequados ao contexto cultural.

As presentes recomendações pretendem ser úteis para todos os que estão envolvidos nos problemas da conservação e do restauro, mas nunca podem substituir os conhecimentos específicos adquiridos a partir de textos culturais e científicos.

As recomendações apresentadas no documento completo estão organizadas em duas secções :

Princípios, onde são apresentados conceitos básicos de conservação;

Linhas de Orientação, onde são discutidas as regras e a metodologia que um projectista deve seguir.

Só os Princípios têm o estatuto de um documento aprovado e ratificado pelo ICOMOS.

As Linhas de Orientação são apresentadas num documento separado.

PRINCÍPIOS

1. Critérios gerais

- 1.1. A conservação, o reforço e o restauro do património arquitectónico exigem uma abordagem multidisciplinar.
- 1.2. O valor e a autenticidade do património arquitectónico não podem ser baseados em critérios fixos porque o respeito devido a todas as culturas também exige que o património físico seja considerado dentro do contexto cultural a que pertence.
- 1.3. O valor do património arquitectónico não está só na sua aparência, mas também na integridade de todos os seus componentes, como produto único da tecnologia de construção específica do seu tempo. Em particular, não é conforme aos critérios da conservação a remoção das estruturas interiores mantendo-se apenas as fachadas.
- 1.4. Quando é proposta uma qualquer alteração do uso ou das funções, devem ser cuidadosamente tidos em consideração todos os requisitos e condições de segurança.
- 1.5. No Património Arquitectónico, o restauro da estrutura não é um objectivo em si próprio, mas apenas um meio para um objectivo, que é o edifício como um todo.

- 1.6. A peculiaridade das estruturas do património, com a sua história complexa, exige a organização de estudos e de propostas em passos precisos que são semelhantes aos usados na medicina. Anamnese ¹, diagnóstico, terapia e controlo, correspondendo respectivamente às investigações de dados e de informações significativas, à individualização das causas dos danos e da degradação, à escolha das medidas curativas e ao controlo da eficiência das intervenções. Para se conseguir uma eficácia de custos e um impacto mínimo sobre o património arquitectónico, usando-se os fundos disponíveis de uma forma racional, é geralmente necessário que o estudo repita estes passos num processo iterativo.
- 1.7. Não deve ser empreendida nenhuma acção sem terem sido definitivamente determinados os benefícios obteneáveis e as agressões ao património arquitectónico, excepto em casos onde sejam necessárias medidas urgentes de salvaguarda para se evitar o colapso eminente das estruturas (por ex. depois de danos sísmicos); no entanto, estas medidas urgentes devem, quando possível, evitar modificar a fábrica de uma forma irreversível.

2. Investigações e diagnóstico

- 2.1. Geralmente, deve trabalhar em conjunto, desde os primeiros passos do estudo, uma equipa multidisciplinar correspondente ao tipo e à escala do problema – ou seja desde a observação inicial do sítio e a preparação do programa de investigação.
- 2.2. Em primeiro lugar, os dados e a informação devem ser processados por aproximação, para se estabelecer um plano de actividades mais abrangente e proporcionado aos problemas reais da estrutura.
- 2.3. Na prática da conservação é necessária uma compreensão total das características estruturais e materiais. É essencial ter informação sobre a estrutura, nos seus estados original e primitivo, sobre as técnicas que foram usadas na construção e nas alterações, e sobre os seus efeitos, sobre os fenómenos que possam ter ocorrido e, finalmente, sobre o seu estado presente.
- 2.4. Nos sítios arqueológicos podem surgir problemas específicos porque as estruturas têm que ser estabilizadas durante as escavações, quando o conhecimento acerca delas ainda não está completo. As respostas estruturais a um edifício “redescoberto” podem ser completamente diferentes das dadas a um edifício “exposto”. As soluções estruturais urgentes no sítio, necessárias para se estabilizar a estrutura conforme ela vai sendo escavada, não devem comprometer o conceito, a forma e o uso do edifício acabado.
- 2.5. O diagnóstico é baseado em abordagens históricas, qualitativas e quantitativas; devendo a abordagem qualitativa, tal como a investigação histórica e arqueológica, ser baseada principalmente na observação directa dos danos estruturais e na degradação material, e a abordagem quantitativa deve ser baseada principalmente em ensaios de materiais e estruturais, na monitorização e na análise estrutural.
- 2.6. Antes de se tomar uma decisão sobre uma intervenção estrutural, é indispensável determinarem-se, primeiro, as causas dos danos e da degradação e, depois, avaliar-se o nível de segurança da estrutura.

¹ N.T. – História clínica do doente.

- 2.7. A avaliação da segurança, que é o último passo do diagnóstico, em que é determinada a necessidade de medidas curativas, deve conciliar as análises qualitativas e quantitativas : observação directa, investigação histórica, análise estrutural e, se for caso disso, experiências e ensaios.
- 2.8. É frequente que a aplicação dos níveis de segurança que se usam nos projectos de construção nova exija medidas excessivas, se não mesmo impossíveis. Nesses casos, análises específicas e considerações apropriadas podem justificar abordagens diferentes à segurança.
- 2.9. Todos os aspectos relativos à informação adquirida, o diagnóstico, incluindo a avaliação de segurança, e a decisão sobre a intervenção devem ser descritos num "relatório explicativo".

3. Medidas curativas e controlos

- 3.1. A terapia deve ser dirigida às causas da ruína e não aos seus sintomas.
- 3.2. A melhor terapia é a manutenção preventiva.
- 3.3. A avaliação da segurança e uma compreensão do significado da estrutura devem ser a base para as medidas de conservação e de reforço.
- 3.4. Não devem ser empreendidas nenhuma acções sem ser demonstrado que são necessárias.
- 3.5. Cada intervenção deve ser proporcional aos objectivos de segurança estabelecidos, limitando assim a intervenção a um mínimo que garanta a segurança e a durabilidade com a menor agressão possível aos valores do património.
- 3.6. O projecto de intervenção deve ser baseado numa clara compreensão dos tipos de acções que foram as causas dos danos e da degradação, assim como dos tipos de acções que foram levados em consideração para a análise da estrutura depois da intervenção; porque o projecto deverá ser consequência de todos eles.
- 3.7. Deve ser ponderada, caso a caso, a escolha entre técnicas "tradicionais" e "inovadoras", e deve ser dada preferência àquelas que forem menos invasivas e mais compatíveis com os valores do património, tendo em mente os requisitos de segurança e de durabilidade.
- 3.8. Por vezes, a dificuldade de se avaliarem os níveis reais de segurança e os possíveis benefícios das intervenções pode sugerir "um método observativo", ou seja uma abordagem por incrementos, começando por um nível de intervenção mínimo, com a possível adopção subsequente de séries de medidas suplementares ou correctivas.
- 3.9. Quando possível, quaisquer medidas adoptadas devem ser "reversíveis" para que possam ser removidas e substituídas por medidas mais adequadas quando forem adquiridos novos conhecimentos. Onde elas não forem completamente reversíveis, as intervenções feitas não devem limitar posteriores intervenções.
- 3.10. Devem ser plenamente estabelecidas as características dos materiais usados nos trabalhos de restauro (em particular dos materiais novos) e a sua compatibilidade com os

materiais existentes. Isto deve incluir os impactos a longo prazo para que sejam evitados os indesejáveis efeitos colaterais.

- 3.11. Não devem ser destruídas as qualidades distinguíveis da estrutura e do seu enquadramento, nos seus estados original e primitivos.
- 3.12. Cada intervenção deve, tanto quanto possível, respeitar o conceito, as técnicas e o valor histórico dos estados original e primitivos da estrutura, e deve deixar evidências que possam ser reconhecidas no futuro.
- 3.13. A intervenção deve ser o resultado de um plano integrado global que atribua a devida importância aos diferentes aspectos da arquitectura, da estrutura, das instalações e da funcionalidade.
- 3.14. Deve ser evitada, sempre que possível, a remoção ou a alteração de qualquer material histórico ou de qualquer elemento arquitectónico característico.
- 3.15. Sempre que possível, as estruturas degradadas devem ser reparadas em vez de serem substituídas.
- 3.16. As imperfeições e as alterações, quando se tornaram parte da história da estrutura, devem ser mantidas até a um ponto em que não comprometam os requisitos de segurança.
- 3.17. O desmantelamento seguido por remontagem só deve ser usado como medida alternativa exigida pela própria natureza dos materiais e das estruturas, quando for impossível ou prejudicial a conservação por outros meios.
- 3.18. Os sistemas provisórios de salvaguarda usados durante a intervenção devem mostrar o seu objectivo e a sua função, sem criarem qualquer prejuízo nos valores do património.
- 3.19. Todas as propostas de intervenção devem ser acompanhadas por um programa de controlo a ser executado, tanto quanto possível, enquanto durarem os trabalhos.
- 3.20. Não devem ser permitidas medidas que sejam impossíveis de controlar durante a sua execução.
- 3.21. Para se garantir a eficácia dos resultados, devem ser feitas verificações e monitorizações durante e depois da intervenção.
- 3.22. Todas as actividades de verificação e monitorização devem ser documentadas e guardadas como parte da história da estrutura.